

## o papel do cooperativismo no desenvolvimento da economia social em portugal

José Maria Carvalho Ferreira \*

Nas sociedades atuais, pelas incidências dos efeitos perversos da crise do Estado-Nação e das atividades econômicas reguladas pelo mercado, o conceito de Economia Social revela-se cada vez mais pertinente. No entanto, quer do ponto de vista científico, quer do ponto de vista pragmático, subsistem várias interpretações e experiências em relação à profundidade e extensão desse conceito que importa sobremaneira salvaguardar. Na verdade, segundo alguns autores anglo-saxônicos, o conceito de Economia Social não é o mais apropriado para explicar o conteúdo e as formas das atividades econômicas, sociais e culturais que não são reguladas pelos mecanismos normativos do Estado nem pelo mercado. Em termos conceituais, geralmente quando nos referimos ao conjunto das ONG's é usual denominá-las,

\* Professor no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e editor da revista *Utopia*.

quer organizações de trabalho social, quer como organizações não-lucrativas. Nos países francófonos, e até na Europa do mediterrâneo, a utilização do conceito de Economia Social tem maior visibilidade social. Nestes países, é usual denominar de Economia Social não só as atividades econômicas das cooperativas, mas também as atividades das mutualidades, das associações privadas sem fins lucrativos e as das fundações.

Ao circunscrever a análise do cooperativismo em Portugal no âmbito de um conceito mais amplo, que é a Economia Social, não quero de modo algum participar de uma querela epistemológica e metodológica, cujos contornos e fronteiras são sempre difíceis de determinar. Assim sendo, a minha análise incidirá sobre o conteúdo e as formas do cooperativismo em Portugal, desde meados do século XIX até a atualidade. Para simplificar e tornar mais claros os aspectos mais significativos dessa evolução, debruçar-me-ei sobre quatro períodos históricos distintos: 1) o que decorre da revolução liberal de 1820 a queda da monarquia em 5 de Outubro de 1910; 2) o que abrange a primeira República de 1910 a 1926; 3) o que engloba o período ditatorial de Salazar e Caetano entre 1926 e 1974; 4) o que se desenrola desde a revolução de 25 de abril de 1974 aos nossos dias.

As conexões, as causas e os efeitos entre o cooperativismo e a Economia Social decorrerão de um objeto de observação e de um objeto científico, a partir do qual prevalecerão as formas de associação operária, as formas de resistência e de luta do operariado contra o capitalismo, as características da organização do trabalho, os objetivos, as formas de participação e de decisão nas cooperativas e as relações destas com o mercado e com o Estado.

## **1. Da revolução liberal de 1820 a queda da monarquia em 1910**

Como parte integrante dos países da Europa ocidental, Portugal não escapou aos efeitos provocados pela primeira revolução industrial na Inglaterra e pela Revolução Francesa de 1789. Cada um destes fatores teve repercussões manifestas na emergência e desenvolvimento das sociedades modernas, eliminando progressivamente as bases econômicas, políticas, sociais e culturais das sociedades tradicionais. Se bem que os efeitos da primeira revolução industrial se tivessem manifestado tardiamente em Portugal, a revolução liberal de 1820 veio desbloquear alguns condicionamentos jurídicos e políticos que não permitiam que os setores da burguesia industrial e comercial acumulassem e investissem os seus capitais de uma forma adequada.

Portanto, numa primeira fase, a revolução liberal de 1820 e o período subsequente ao fim da guerra civil em 1834, consubstanciaram-se na produção de legislação e numa política econômica incipiente, que permitiram destruir progressivamente os laços do feudalismo no setor agrícola, os laços corporativos das artes e ofícios que subsistiam nos setores industrial e comercial e eliminar progressivamente a hegemonia das ordens religiosas em múltiplas atividades econômicas, sociais e culturais. Como resultado desse processo, começou a formar-se um operariado fabril nos distritos de Lisboa e Porto, ainda sem grande expressão social e profissional, e também no distrito de Coimbra, mas em menor grau. Como aconteceu em outros países, assistiu-se à estruturação de relações sociais de produção capitalistas, com uma organização do trabalho rudimentar, um processo de decisão assente no poder despótico e discricionário dos patrões e dos capatazes, salários baixos, jornadas de trabalho de 12 e 14 horas diárias e inexistência de direitos laborais e sindicais.<sup>1</sup>

Face a uma realidade perpassada pela exploração e dominação de um capitalismo pouco desenvolvido e de

um Estado incipiente, com pouca capacidade de intervenção e de expressão legislativa, executiva e jurídica nos domínios da política econômica, da saúde, da educação e da segurança social, não admira que o operariado português dos maiores centros industriais urbanos tivesse que enveredar por um tipo de ação coletiva contra a exploração e opressão de que era vítima. Nessa ação coletiva predominavam formas de luta assentes na resistência e nas reivindicações sociais tendentes a melhorar os salários e as condições de trabalho, com o intuito de minorar a pobreza e a miséria das famílias e a dignificar a sua condição socioeconômica. Nesse período histórico, a influência ideológica dos partidos políticos e dos sindicatos junto ao operariado português eram irrelevantes. O fator preponderante que esteve na origem da ação coletiva do operariado português deveu-se sobretudo ao fenômeno associativo. Na sua gênese estiveram a abnegação e a militância de operários mais esclarecidos e a filantropia de alguns intelectuais. Segundo Goodolphim<sup>2</sup>, a primeira associação genuinamente operária nasceu em 1838, com a criação da Sociedade dos Artistas Lisbonenses. Este autor, embora considere que o movimento associativista do operariado em Portugal só tivesse algum significado a partir de 1850, admitia, no entanto, segundo dados estatísticos por ele compilados, que na década de 40 existiam já cerca de 260 associações operárias, congregando cerca de 40.000 membros.

Este movimento associativo operário circunscrevia-se a iniciativas centradas num associativismo mutualista difuso, em relação ao qual predominavam as associações de ensino popular, as associações de socorro mútuo, relacionadas com a saúde, acidentes de trabalho, auxílio aos desempregados e pagamentos de funerais, os montepios voltados para assistência à velhice e à pobreza, as caixas econômicas e as caixas de

crédito, voltados a pensões de reforma, seguros e empréstimos. As cooperativas de consumo e as cooperativas de produção incidiam a sua ação nas atividades de compra, venda e produção de mercadorias, que eram relevantes para a sobrevivência do operariado de então.

Nesse período histórico, o movimento associativo do operariado português era essencialmente mutualista. Várias razões estão na origem dessa evolução. Em primeiro lugar, a revolução industrial em Portugal não tinha desenvolvido um sistema fabril baseado na manufatura e na organização racional do trabalho e a maioria da população camponesa ainda estava subordinada ao jugo da dominação feudal e do poder da Igreja. Em segundo lugar, o movimento associativo mutualista era o que mais se aproximava de uma cultura e costumes de organização e solidariedade que tinha sido legada pelas corporações e pelas ordens religiosas. Por outro lado, ele era a única forma de resistir e de, simultaneamente, construir uma alternativa credível face ao desemprego, à miséria e à pobreza do operariado que trabalhava extenuadamente nas fábricas e vivia pauperrimamente nos grandes centros urbanos. Para combater estas perversões, o mercado e o Estado ainda não estavam suficientemente estruturados para intervirem com a proficiência devida nestes domínios. Nestas circunstâncias, ainda que recorrendo à experiência e ao patrocínio das ordens religiosas, à ação solidária e filantrópica de militantes e intelectuais que se sentiam indignados pela situação de indigência a que tinha chegado o operariado em Portugal, as experiências associativas de caráter mutualista revelaram-se muito importantes na estruturação de um movimento social importante. Para lutar contra as arbitrariedades de um patronato despótico e um Estado atávico, para reivindicar os seus direitos e resistir contra a exploração desenfreada de que eram vítimas, ao operariado português, de então, só

restava assegurar as condições de existência mínimas de trabalhadores assalariados e garantir as condições de sobrevivência para o futuro dos seus filhos e dos demais membros da família.

Entretanto, a partir de 1850, o movimento associativo operário é objeto de algumas mudanças em relação à sua orientação ideológica. Como ocorreu na França, Espanha, Inglaterra, Itália e Alemanha, também em Portugal as idéias de Saint-Simon, Fourier, Proudhon e de outros socialistas foram assimiladas e difundidas. Como o grau de alfabetização do operariado era muito baixo, não admira que essas idéias e experiências associativas afins fossem previamente elaboradas e publicizadas por alguns intelectuais: Alexandre Herculano, Sousa Brandão, Andrade Corvo, José Frederico Laranjo, Costa Goodolphim, Antero de Quental, José Fontana, etc...<sup>3</sup> A ação destes homens traduziu-se na divulgação do associativismo mutualista junto ao meio operário, e já com alguma expressão teórica e prática na sua articulação com a especificidade do cooperativismo. Entre as várias realizações que estiveram na origem do desenvolvimento associativista em Portugal, destaque-se o início da publicação do jornal *Eco dos Operários* em 1850, a criação do Centro Promotor do Melhoramento das Classes Laboriosas em 1852, e a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa em 1873. Desde esta data, embora pesem as divisões e as diferenças ideológicas entre as opções mais reformistas e revolucionárias, o sentido e a orientação destas estruturas associativas tinham como objetivos principais a emancipação social do operariado e a realização de uma sociedade socialista<sup>4</sup>

O Estado e o mercado, se bem que continuassem a persistir para alguns dos militantes do associativismo mutualista e do cooperativismo, não eram contudo considerados como estruturas fundamentais para desen-

volver esse processo histórico. Por outro lado, alguns autores (Antero de Quental, José Fontana), consideravam que os antagonismos de classe e os interesses do operariado se sobrepujavam a qualquer projeto de conciliação entre o capital e o trabalho. Outros (Alexandre Herculano, Sousa Brandão, Costa Goodolphim, José Frederico Laranjo) viam no cooperativismo o método mais racional da organização social da economia que iria estabelecer a paz entre a classe trabalhadora e o patronato e conciliar de vez a luta entre o capital e o trabalho.

Não obstante a existência destas diferenças sobre os princípios e as práticas que deveriam consubstanciar a emergência histórica do cooperativismo em Portugal, no período do associativismo mutualista foram criadas 12 associações entre 1834-1839; 21 entre 1841-1849; 70 entre 1850-1859; 88 entre 1860-1870; e 107 entre 1870-1880.<sup>5</sup>

Com a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864 e a ocorrência da Comuna de Paris em 1871, o sentido da ação coletiva do operariado português radicaliza-se. Como resultado da deterioração da situação do trabalho assalariado, os movimentos sociais passaram a ser liderados pelas opções mais revolucionárias do proletariado dos países da Europa ocidental e dos EUA. Deste modo, a partir dos finais do século XIX assistiu-se à formação e desenvolvimento de partidos socialistas e de sindicatos de cariz revolucionário. Em confronto com esta postura ideológica surgiram também as opções de caráter mais reformista, embora estas não tivessem ainda adquirido a visibilidade social que passaram a deter mais tarde.

A partir do momento em que o movimento social do operariado passa a ser orientado no sentido da realização da sociedade socialista, as tréguas na conflitualidade e a conciliação entre os interesses do capital e do traba-

lho revelam-se progressivamente irreduzíveis. Desde então, parte importante das reivindicações e da propaganda revolucionária dos partidos e dos sindicatos é baseada no pressuposto da extinção imediata da exploração e da opressão do capitalismo sobre as massas trabalhadoras. Neste período histórico, em Portugal, as atividades de militância revolucionária dos sindicatos que integravam o movimento associativo do operariado português tornam-se progressivamente mais relevantes do que as ações militantes desenvolvidas pelo Partido Socialista Português, criado em 1875. Este partido, apesar de nos primeiros anos da sua criação manter uma relação privilegiada com o associativismo mutualista e o cooperativismo, a partir da década de 80 do século XIX dividido pelas lutas internas, passa quase exclusivamente a lutar pelo poder político, fazendo com que as suas forças militantes se concentrem no processo eleitoral tendente a derrubar a monarquia que ainda perdurava em Portugal.

O aparecimento dos sindicatos em Portugal, na maioria dos casos, foi a expressão da luta das Associações Operárias que tinham sido criadas desde meados do século XIX.<sup>6</sup> Vários fatores contribuem para sua formação. Em primeiro lugar, a força estruturante da identidade coletiva conseguida pela congregação de interesses contra as condições de trabalho, os salários baixos e as outras consequências negativas, geradas pela perversidade do trabalho assalariado. Em segundo lugar, o sentido e a orientação política e ideológica construída em volta da realização de uma sociedade socialista como modelo de emancipação social. Em terceiro lugar, os ensinamentos, a aprendizagem e a cultura cívica resultantes das experiências do associativismo mutualista, tendo presente os pressupostos que este desenvolveu no campo da solidariedade e da auto-organização do operariado português.



Nestas condições, não admira que a propaganda e ação militante do operariado em Portugal fosse cada vez mais orientada por opções de índole revolucionária. O socialismo, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário tornaram-se, por tais motivos, as forças mais representativas do movimento social das massas trabalhadoras. Como consequência, desde então o estímulo e a motivação para criar e dinamizar associações e cooperativas foi, em certo sentido, reduzido. No essencial, os objetivos da sua luta passaram a ser a extinção do capitalismo e do Estado. Embora a pertinência histórica da luta pelo associativismo mutualista e o cooperativismo se mantivessem intactos, na conjuntura da época, era muito mais importante lutar pela revolução socialista do que por reivindicações pontuais de sobrevivência e melhorias das condições socioeconômicas, daí que todo o dispêndio de energias militantes do operariado mais consciente fosse focalizado na ação sindical, na greve, na edição de jornais, revistas, livros, na criação de escolas, teatros, bibliotecas, associações recreativas e culturais, na realização de conferências, palestras e outras iniciativas de caráter revolucionário.<sup>7</sup> Para os mentores deste processo histórico, todos estes meios de luta deveriam ser radicais, porque só eles viabilizariam a emancipação social do operariado.

## **2. A primeira república (1910-1926)**

Como tinha ocorrido noutros países, os resultados econômicos, sociais, culturais e políticos da governança da monarquia constitucional em Portugal foram extremamente negativos para uma parte substancial da sua população, nomeadamente para o campesinato pobre, o operariado e os trabalhadores dos serviços. Os efeitos práticos da revolução industrial ainda eram pouco significativos, quer ao nível das infra-estruturas, do apa-

relho administrativo do Estado, quer ao nível do desenvolvimento das forças produtivas, da ciência e da técnica. Por outro lado, as colônias portuguesas — Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor, Goa, Damão e Diu — funcionavam mais como válvula de escape de uma burocracia estatal e uma burguesia patrimonial e rentista, do que como fatores de desenvolvimento do capitalismo em Portugal. Neste contexto, a dinâmica do capitalismo não podia ser estruturada pelos mecanismos de uma racionalidade instrumental, no qual o papel da ciência, da tecnologia, da organização científica do trabalho e a inovação empresarial tinham um papel crucial. O desenvolvimento capitalista dos setores industrial, comercial e agrícola viam-se, desse modo, condicionados.

Na origem desta realidade estava a inexistência de uma burguesia com capacidade de inovação e intervenção empresarial e um Estado-Nação pouco interventivo e idôneo nos domínios legislativo, executivo e jurídico. Como consequência, a pobreza, a miséria e o desemprego alastravam-se nos campos, fábricas e oficinas, provocando uma situação socio-econômica paupérrima no seio das massas trabalhadoras. Nos finais do século XIX e princípios do século XX a emigração para o Brasil<sup>8</sup> ainda funcionou como uma tentativa de superar essa situação, todavia, foi manifestamente insuficiente para contrariar a realidade negativa que o campesinato e o operariado viviam.

Como alternativa, poder-se-ia pensar que o operariado e o campesinato pobre iriam integrar o movimento associativista mutualista e, particularmente, criar novas cooperativas de produção e de consumo, de modo a garantirem a sua sobrevivência. Mas, o cooperativismo em Portugal não evoluiu nesse sentido. Pelo contrário, durante a primeira república denota-se um decréscimo

da intervenção do movimento operário no seio das cooperativas.

No período da primeira república, foram vários os fatores que estiveram na origem do decréscimo da visibilidade social do cooperativismo em Portugal.

Um primeiro fator reporta-se à frustração do operariado face as políticas dos governos democráticos e republicanos que governaram Portugal depois da queda da monarquia em 1910. Ainda que se tivessem realizado algumas mudanças nos domínios legislativo e jurídico, em termos do executivo, as políticas com incidência na economia, na saúde, na educação, na segurança social, etc., não conseguiam inverter as condições sócio-econômicas paupérrimas da classe trabalhadora. Todavia, esta classe trabalhadora tinha ajudado de forma decisiva a derrubar a monarquia em Portugal. Grande parte das suas energias e motivações revolucionárias tinham-se congregado para implantar o regime republicano em Portugal. Entretanto, como as mudanças prometidas pelos diferentes governos republicanos e democratas não surgiam e as reivindicações do movimento sindical não eram satisfeitas, não admira que desde 1911/1912 se assistisse a um grande desenvolvimento da prática da greve em Portugal.<sup>9</sup> A ação individual e coletiva dos trabalhadores assalariados dos setores industrial, agrícola e do comércio, a partir de então passou a ser determinado por uma luta reivindicativa e revolucionária, sem tréguas, contra o capital e contra as políticas dos diferentes governos.

Um segundo fator decorre da radicalização das práticas e dos princípios do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo que emergiu no período da primeira república em Portugal. Quando se cria a União Operária Nacional em 1914, a maioria dos sindicatos portugueses era liderada por militantes sindicalistas com uma forte adesão ao sindicalismo revolucionário e

ao anarquismo.<sup>10</sup> Estas correntes sindicais, embora divergissem em alguns pontos programáticos e orgânicos, primavam, no entanto, por uma ação militante convergente e identitária. Ambas lutavam pela abstenção eleitoral e política. Ambas achavam que a emancipação das massas trabalhadoras era de sua exclusiva responsabilidade. E ambas achavam que existia uma premente necessidade histórica de abolir o Estado e o capitalismo, de modo a extinguir-se a exploração e a opressão do homem pelo homem, de uma forma definitiva. Esta postura da ação sindical revolucionária levou a que a grande maioria do movimento social operário se mostrasse contrária a integrar as ações reformistas sindicais e não a pactuar com as múltiplas ideologias partidárias que aspiravam, através do voto, ascender ao exercício do poder político.

Um terceiro fator radica nos efeitos provocados pela primeira guerra mundial de 1914-1918 e a revolução russa de 1917. De fato, Portugal, embora não fosse uma potência econômica e militar, no contexto dos aliados, teve, no entanto, uma função importante pelo grande número de soldados que disponibilizou para a frente de batalha. Constrangidos a lutar por uma causa que lhes escapava, serviram de “bucha para canhão” de desígnios e interesses imperialistas que resultaram no enriquecimento de alguns países e na ruína de outros. Participando nesta guerra, Portugal conseguiu manter o seu império colonial intacto, mas não evitou que se degradassem as condições sócio-econômicas do operariado. Entretanto, com a ocorrência da revolução russa, o espectro ideológico dos partidos e sindicatos portugueses sofre uma mudança. Uma parte do operariado português vê no modelo soviético dos bolcheviques a grande hipótese histórica de realização da sociedade socialista pela qual há muito aspirava. Pela primeira vez na história, o socialismo era viabilizado na prática e não

pertencia mais ao universo da utopia. Não admira assim que o Partido Comunista Português fosse criado em 1921 e alguns sindicatos passassem a servir de correias de transmissão desse partido com vista à instauração de uma sociedade socialista semelhante àquela que tinha sido implantada na Rússia. Por outro lado, a influência do anarco-sindicalismo em Portugal, que tinha atingido o seu apogeu em 1919 com a criação da Confederação Geral do Trabalho e a edição do jornal diário *A Batalha*, começa a enfraquecer, a partir desse momento, ao ver alguns dos seus militantes integrarem o Partido Comunista Português e os sindicatos articulados ideológica e estrategicamente com este partido.

Partindo da análise dos fatores que considere como pertinentes para explicar a perda de influência do associativismo mutualista e do cooperativismo em Portugal, poder-se-ia pensar que existe muita pouca correlação entre ambos. Não é essa a minha opinião. Para fundamentar a minha análise basta recorrer à incapacidade manifesta do capitalismo e do Estado em Portugal para desenvolverem os seus pressupostos reformistas que permitiam a integração do operariado na sua lógica normativa. Por outro lado, terá de se perceber até que ponto a situação de crise endêmica da sociedade portuguesa e o imaginário coletivo decorrente do impacto da revolução russa contribuíram para alimentar as esperanças da realização de uma sociedade socialista em Portugal.

Quer uma quer outra realidade, condicionaram objetiva e subjetivamente a ação das massas trabalhadoras portuguesas no sentido da criação e desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo mutualista em Portugal. Em primeiro lugar, a incapacidade do patronato português em desenvolver os pressupostos da organização científica do trabalho e otimizar racionalmente a ciência, a tecnologia e a inovação empresarial não per-

mitiu que fosse gerado o desenvolvimento das forças produtivas. Através destas poder-se-ia aumentar a produção de riqueza social e melhorar a distribuição de rendimentos, de modo a apaziguar o conflito entre o trabalho e o capital e, assim, satisfazer as reivindicações pelas quais o operariado português há muito vinha lutando. A impossibilidade de conciliar os interesses entre o capital e o trabalho e as energias que este desenvolvia para lutar pelos seus direitos e interesses, no quadro do mercado e do Estado, condicionava enormemente a ação do movimento social operário no sentido dos princípios e das práticas que o cooperativismo exigia. Em segundo lugar, ainda que o anarcosindicalismo e o sindicalismo revolucionário fossem opções revolucionárias que se baseavam num modelo de sociedade identificado com o projeto emancipalista dos trabalhadores assalariados, não é menos verdade que para ambos o papel das cooperativas de produção e de consumo, assim como o associativismo mutualista, eram extremamente relevantes para a emancipação social do operariado. Não admira assim que nos seus objetivos principais e modalidades de ação privilegiassem todo o cooperativismo e o associativismo mutualista que servia como forma de auto-organização e de auto-governo do operariado, de forma que este pudesse subtrair-se à ação negativa do mercado e do Estado.

Posição contrária tinha o Partido Comunista Português e os sindicatos que faziam parte da sua estratégia de conquista do poder. Para estes, o objetivo crucial da ação do operariado consistia em derrubar o capitalismo e instaurar a ditadura do proletariado, como forma de nacionalização dos meios de produção e estatização da economia. Neste âmbito, não havia lugar para qualquer veleidade no sentido das opções de atividade económica, política, social e cultural que implicasse um processo de decisão e de participação estruturado pela auto-

organização e interesses dos trabalhadores. Também neste caso, quando quase toda a militância partidária e sindical se orienta para a realização de uma sociedade socialista de tipo soviético, não admira que faltassem as energias e a motivação para implementar o cooperativismo em Portugal nesse período histórico.

### **3. O fascismo em Portugal (1926-1974)**

A experiência histórica da primeira república portuguesa não foi de modo algum positiva. Para esse fato muito contribuiu a fragilidade do desenvolvimento capitalista em Portugal e a manifesta incapacidade política dos diferentes governos que presidiram os destinos do país durante 16 anos. O caos econômico e financeiro, assim como o constante conflito e agitação no mundo laboral e na sociedade civil punham em pânico a grande, pequena e média burguesias, como inclusive a burocracia estatal e os militares. A classe trabalhadora nas fábricas, nos transportes, nos serviços e na agricultura sofria as vicissitudes da crise, com salários baixos, com desemprego, pobreza e miséria.

Perante este contexto, foi extremamente fácil realizar o golpe militar de 28 de maio de 1926. Começando como Ministro das Finanças do governo instituído, António de Oliveira Salazar revelou-se, desde logo, o mentor e o estrategista de uma ditadura de tipo “fascista” que perdurou durante 48 anos em Portugal. No início da instauração da ditadura ainda houve algumas tentativas de sublevação que procuraram inviabilizar os seus propósitos. Toda e qualquer contestação ou greve passa desde então a ser objeto de repressão, ao ponto de quase sempre originar o desemprego ou a prisão. Os sindicatos foram progressivamente fechados, os partidos, a imprensa, edição de livros, outros tipos de manifestações culturais que contrariavam os desígnios

estratégicos da implementação da ditadura eram pura e simplesmente silenciados.

Todos esses tipos de contestação se revelaram infrutíferos. O medo e a repressão instalam-se definitivamente, com a promulgação da Constituição de 1933 e o papel repressivo da Polícia Política na sociedade portuguesa. Esta, que teve várias designações, foi historicamente mais conhecida como PIDE (Polícia de Intervenção e Defesa do Estado). A *fascização* dos sindicatos com a criação dos Sindicatos Nacionais em estreita consonância e na dependência do Ministério das Corporações e, mais tarde, a Lei do Condicionamento Industrial criaram as condições necessárias e suficientes para que este tipo de ditadura “fascista” em Portugal pudesse perdurar.

Perante este contexto de atomização da sociedade civil e de cerceamento da liberdade de associação sindical e partidária, a ação individual e coletiva do operariado português foi sendo progressivamente condicionada. Sem exagero, pode-se afirmar que a greve geral de 18 de janeiro de 1934<sup>11</sup> foi o último fôlego de uma hipotética ação coletiva revolucionária do operariado português contra a ditadura de António de Oliveira Salazar.

Tendo presente as dificuldades que o associativismo mutualista e o cooperativismo já tinham tido durante a primeira república, com a instauração da ditadura de tipo “fascista” em Portugal, a margem de manobra do movimento social operário e de outros grupos sociais para prosseguir os seus princípios e práticas é drasticamente reduzida.

Para o regime ditatorial, as relações entre o capital e o trabalho deveriam ser pacificadas e controladas pelo Estado corporativo. A Constituição de 1933, e mais particularmente o Decreto-Lei nº 22513, de 12 de maio de 1933, são bem explícitas nos seus propósitos econômi-



cos, sociais e políticos. No intuito de responder às exigências dos comerciantes retalhistas, as cooperativas de consumo passaram a ser sujeitas a um conjunto de restrições nas suas atividades, nomeadamente com a introdução da contribuição industrial nas suas transações comerciais no mercado, só ficando excluídas dessa contribuição aquelas que eram realizadas entre os seus membros. As atividades das cooperativas de produção no setor industrial foram impedidas de prosseguir a sua ação, porque toda a legislação corporativa não permitia qualquer veleidade de autonomia do operariado face ao Estado e ao capital e porque poderiam, na ausência de liberdade de associação sindical e partidária, funcionar como um meio alternativo de iniciativas contrárias à estabilidade normativa do salazarismo.

Por razões específicas concernentes ao sentido corporativo da política ruralista de Salazar, este não deixou de promover o cooperativismo agrícola, estimulando a criação de cooperativas e caixas de crédito agrícolas, em estreita dependência e articulação com a Federação dos Grêmios da Lavoura.<sup>12</sup> No entanto, não obstante esta iniciativa ter encontrado algum eco nos pequenos proprietários agrícolas, devido aos condicionalismos impostos pela política econômica do Estado, o cooperativismo inscrito nos planos ruralistas de Salazar entrou progressivamente em crise. Após a Segunda Guerra Mundial, e sobretudo com o início da guerra colonial em 1961, o regime ditatorial de Salazar é constringido a evoluir no sentido de uma maior abertura ao exterior, sendo portanto confrontado com as vicissitudes da concorrência e da competição da atividade empresarial e do mercado internacional. Contra esta nova realidade, de nada serviu a lei do condicionamento industrial e a política ruralista que já perdurava há várias décadas. Perante um contexto adverso, o movimento cooperativista, se bem que estivesse mergulha-

do numa relativa letargia, conseguiu sobreviver. No ano de 1955 havia cerca de 200 cooperativas de produção e de consumo e no ano de 1974 passam a existir quase 500 cooperativas.<sup>13</sup>

Ainda que não houvesse um cooperativismo em Portugal com uma visibilidade social semelhante a alguns países europeus, deve-se, no entanto, destacar o papel de alguns defensores do cooperativismo que se opunham à ditadura de Salazar, como foram os casos de António Sérgio e Henrique de Barros. António Sérgio foi, sem dúvida alguma, um expoente na defesa de um cooperativismo integral, que em última análise correspondia, na sua essência, a uma sociedade socialista libertária, equidistante do socialismo de Estado e do capitalismo de mercado.<sup>14</sup> No meio de um contexto adverso, António Sérgio lutou sempre pela defesa de um ideal cooperativista que tinha as suas raízes nas obras de Charles Gide, Ernest Poisson e Bernard Lavergne. Como última obra sua em prol do desenvolvimento do cooperativismo em Portugal, sublinha-se a publicação do *Boletim Cooperativista* que teve o seu início em 1951 e perdurou até finais da década de 50 do século XX.

Não obstante a ditadura de tipo “fascista” nos ajudar a compreender as razões que estiveram na origem da fragilidade do movimento cooperativo em Portugal, que aliás já tinha começado no período da primeira república, subsistem outras causas que também tiveram influência nesse processo e que não podemos prescindir de as analisar: por um lado, a emergência histórica do taylorismo e do fordismo e, por outro, o Estado providência.

Como foi fato notório nos países capitalistas mais desenvolvidos, embora tivesse surgido tardiamente em Portugal, com a introdução dos princípios e das práticas da organização científica do trabalho através do

taylorismo e do fordismo, nomeadamente a partir da década de 60 do século XX, os mecanismos restritivos da concorrência e de competitividade no mercado de trabalho e nas empresas começaram a ser progressivamente eliminados. O conflito interno e externo ao local de trabalho aumenta, ao mesmo tempo em que as hipóteses de mobilidade social e de contestação da ditadura de Salazar passam a orientar o sentido das reivindicações e das greves do movimento social do operariado português. Em articulação estreita com essa realidade e perante as contingências da abertura ao mercado internacional, a emigração portuguesa para a Europa ocidental cresce notoriamente.

A partir do momento em que o taylorismo e o fordismo se implantam com a proficiência devida, a produtividade do trabalho e a criação de riqueza crescem de modo gigantesco. O modelo de produção e de consumo em massa de mercadorias torna-se, por tais motivos, cada vez mais representativo na vida quotidiana das massas trabalhadoras em Portugal. Por outro lado, na medida em que o mercado não conseguia regular eficientemente a repartição de rendimentos e a justiça social, o Estado, em Portugal, viu-se obrigado a preencher essas funções. Desse modo, a política económica, assim como todas as políticas relacionadas com a saúde, a segurança social, a educação, a assistência social, não se coadunavam mais com os ditames de um Estado corporativo em crise.

A partir do final da década de 60 do século XX, com a substituição do governo de Salazar pelo de Marcelo Caetano, as reformas do Estado foram realizadas no sentido da sua aproximação ao modelo de Estado providência que subsistia na Europa ocidental. É evidente que não foi um Estado providência com opções legislativas, executivas e jurídicas, cujas raízes radicavam num tipo de liberdade democrática burguesa, mas,

mesmo assim, o Estado português passou a intervir nos domínios da saúde, da segurança social, da educação e da política econômica.

Conjugando a influência do taylorismo e do fordismo com algumas das funções do Estado providência em Portugal, verifica-se que esses dois fatores vão, em certa medida, reduzir as necessidades históricas de desenvolver o cooperativismo em Portugal no período da ditadura de tipo “fascista” que perdurou de 1926 e 1974.

Como tínhamos verificado no período da primeira república, o associativismo de tipo mutualista decresceu. Na ditadura ele foi simplesmente silenciado e quase extinto. O cooperativismo, no entanto, perdurou. Por essa razão, e não obstante todas as condicionantes que já foram descritas no período da ditadura, nos finais da década de 60, as iniciativas culturais tiveram um relativo desenvolvimento no movimento cooperativo português. Este tipo de cooperativismo abalou, em certa medida, os alicerces da abertura reformista que o governo de Marcelo Caetano tinha introduzido. Na verdade, embora pesem as restrições existentes, o sistema corporativo permitia que ainda se realizassem certas atividades nas cooperativas que não se cingiam exclusivamente a atividades de produção e de consumo de bens e serviços. Tal fato permitiu que alguns estudantes, intelectuais e outros grupos sociais desenvolvessem iniciativas no âmbito do cooperativismo, criando cooperativas cujas atividades se reportavam aos domínios político e social. Pela sua inserção no espaço editorial, político e cultural, conseguem dinamizar um processo de contestação à ditadura de tipo “fascista”. Apercebendo-se do perigo que essas atividades geravam, o governo de Marcelo Caetano publica o Decreto-Lei 520/71, em 24 de Novembro de 1971, com a finalidade de extinguir todas as atividades culturais e políticas desenvolvidas nesse tipo de cooperativas. Estas deveri-

am, segundo esse decreto-lei, cingir-se exclusivamente a atividades de produção e de consumo de cariz econômico. Para as atividades de caráter cívico e social foram criadas outras instituições para o efeito, passando a denominar-se simplesmente associações com caráter cívico e cultural.

#### **4. Da revolução de 25 de abril de 1974 a atualidade**

Quando se deu o golpe militar de 25 de abril de 1974, desde então até a ocorrência de um outro golpe militar em 25 de novembro de 1975, a sociedade portuguesa foi atravessada por uma série de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais de extrema importância.<sup>15</sup> O seu impacto teve consequências em todos os domínios, mas foram também de capital importância para compreender a evolução do cooperativismo em Portugal.

Numa primeira fase, assistiu-se à queda dos símbolos e das práticas políticas que constituíam a ideologia da ditadura de tipo “fascista”. Como corolário lógico, o MFA (Movimento das Forças Armadas) que detinha o poder político e militar, limitou-se a devolver as liberdades cívicas, políticas e sindicais do modelo democrata das sociedades capitalistas à sociedade civil e, por outro lado, a determinar que o poder legislativo, executivo e jurídico adstrito às funções do governo e do Estado evoluísse no mesmo sentido.

A implementação das liberdades de associação política e sindical, como era de prever, depois de estarem cerceadas durante 48 anos, deram origem a uma erupção de reivindicações que se corporizou na criação e desenvolvimento de um grande movimento social espontâneo. As reivindicações fizeram-se sentir fundamentalmente no mundo do trabalho, mas também na educação, na saúde, na habitação e na cultura. Passados

poucos dias da ocorrência do golpe militar de 25 de abril de 1974, o aumento de salários, a regularização dos horários e das condições de trabalho, a exigência de participação e decisão na organização do trabalho e, sobretudo, a ação sindical e política, incrustados por um leque ideológico assente nos pressupostos políticos da esquerda e do esquerdismo, passaram a determinar sobremaneira a evolução da sociedade portuguesa.

Todas as energias, interesses e motivações do movimento social espontâneo começaram, rapidamente, a ser estruturados com base num dilema histórico de escolha e de participação na construção de modelos de sociedades contrastantes: comunismo de diferentes matizes, socialismo ou social-democracia. Na medida em que o modelo de sociedade da ditadura de tipo “fascista” deixou de funcionar como “válvula de escape”, todo o imaginário coletivo dos que tinham sido reprimidos e explorados estruturou-se na sua negação e na criação de uma sociedade socialista poliforme, cujo conteúdo e formas eram simbolicamente expressas num discurso e práticas assentes na liberdade, na fraternidade e na igualdade.

Numa segunda fase, que começou em 28 de setembro de 1974 e foi até 11 de março de 1975, como o poder instituído e o capitalismo português não foram capazes de responder positivamente ao surto reivindicativo grevista do movimento social da classe trabalhadora, com a entrada em funções do 3º governo provisório radicalizaram-se as transformações econômicas, sociais e políticas no sentido de um socialismo de tipo democrático. A esta altura, porque o MFA estava mais ligado à ideologia de esquerda e de extrema esquerda e porque ainda o PCP (Partido Comunista Português) passou a ter uma maior importância nas estruturas do Estado e dos sindicatos, as opções de instauração de uma

sociedade socialista em Portugal começaram a ter alguma pertinência.

Entretanto, dá-se uma tentativa de um novo golpe militar em 11 de março de 1975, o que originou não somente a formação do 4º governo provisório, mas sobretudo possibilitou o início das hipóteses da “transição para o socialismo” segundo os princípios e as práticas já seguidas em inúmeros países, pelo socialismo de tipo soviético. A nacionalização e a estatização dos setores fundamentais da economia, dos meios de comunicação, dos transportes e da saúde passaram a estar na ordem do dia. Esta força estruturante não foi inclusive invertida pelas eleições da Assembléia Constituinte, realizadas em 25 de abril de 1975. Não obstante o PS (Partido Socialista), que conquistou o primeiro lugar, e o PPD (Partido Popular Social-Democrata) que ficou em segundo lugar, terem conseguido a maioria dos votos, o PCP e outros partidos esquerdistas continuaram a ter uma influência preponderante junto dos 4º e 5º governos provisórios e do MFA.

A terceira fase, iniciada com a tentativa de golpe militar frustrado em 11 de março de 1975, vai até 25 de novembro de 1975 e foi o período da experiência de “transição para o socialismo”. A partir de então, o movimento social operário deixou de ter um cariz espontâneo. A força hegemônica da militância sindical e partidária dos partidos de esquerda e de extrema esquerda arregimentou todo o processo reivindicativo e de transformação revolucionária. Todo e qualquer aspecto reivindicativo e revolucionário que não se enquadrasse nos grandes objetivos da “transição para o socialismo” era pura e simplesmente marginalizado. Todavia, existiam várias concepções e práticas de “transição para o socialismo” que procuraram influenciar o poder hegemônico da força das armas que ainda continuava nas mãos do MFA. Esta situação é de tal forma

estruturante, que mesmo os partidos de direita, como eram os casos do CDS (Centro Democrático Social) e PPD (Partido Popular Social-Democrata) fizeram os seus congressos com estratégias e programas baseados no dilema da “transição para o socialismo”.

Neste contexto, desenvolveu-se ao extremo o conflito ideológico e político. As greves e as manifestações sucediam-se em catadupa nas ruas, nas fábricas, nos campos e nos quartéis. A articulação entre o poder político e militar atingiu o seu auge no verão quente de 1975. O 5º governo provisório formado em agosto de 1975, foi extinto em setembro. Com o êxito do golpe militar de 25 de novembro, liderado pela corrente moderada do Grupo do Nove do MFA, foi encerrada a primeira tentativa histórica de instaurar a “transição para o socialismo” em Portugal, segundo os padrões do modelo soviético da revolução russa de 1917.

Como é lógico equacionar, devemos agora tentar explicitar qual foi o papel do cooperativismo no processo revolucionário em Portugal, que decorreu entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975.

Na primeira e segunda fase desse processo não houve efetivamente espaços de intervenção que permitissem uma orientação do movimento social espontâneo no sentido da criação e desenvolvimento do cooperativismo na sociedade portuguesa. As contingências das reivindicações econômicas, sociais, culturais e políticas eram adversas aos seus princípios e práticas, na medida em que o conflito que determinava a ação coletiva do movimento social operário estava confinado a reivindicações de caráter político e econômico que se enquadravam no quadro das relações sociais de produção e do trabalho assalariado inerentes à sociedade capitalista. Quando as reivindicações e as mudanças do movimento social das massas trabalhadoras não se enquadravam ou não eram cingidas a esses objetivos



cruciais, a militância sindical e política encaminhava-o para uma aprendizagem de uma luta circunscrita à construção de uma sociedade socialista poliforme. Criar novas cooperativas de produção e de consumo ou cooperativas relacionadas com atividades cívicas e culturais, na altura, era um contra-senso, na medida que eram logo iniciativas consideradas como manifestações ideológicas “pequeno-burguesas”, que dividiam e sabotavam a identidade coletiva revolucionária do operariado que tinha por missão construir a sociedade socialista.

Na terceira fase do processo revolucionário que se enquadrava na “transição para o socialismo”, o cooperativismo passa a ter um papel instrumental importante face à crise econômica e política que a sociedade portuguesa atravessava. Com o medo da nacionalização e da estatização da economia, muitas empresas fecharam as suas portas e muitas multinacionais fugiram com os seus capitais para outros países. As dificuldades financeiras e econômicas e a agitação política não eram propícias ao investimento na criação de novas empresas. Por outro lado, a grande finalidade do governo e do MFA resumia-se em garantir a nacionalização dos grandes setores da economia. Assim sendo, não admira que as pequenas e médias empresas entrassem em falência, porque não tinham capacidade de concorrência para sobreviver no mercado ou porque o patronato tinha medo que as suas empresas fossem expropriadas pelo Estado.

Nestas circunstâncias, a grande maioria das pequenas e médias empresas que entrou em crise ou tinha pura e simplesmente sido abandonada pelos seus patrões, ou foi ocupada pelos trabalhadores e entrou num processo de autogestão. Na maioria dos casos, uma parte substancial das empresas entrou em autogestão como resultado lógico dos constrangimentos das necessidades de emprego e de salário dos trabalhadores que ne-

las laboravam. Claro que houve outros casos em que a consciência da autogestão tinha um sentido de emancipação social para os trabalhadores dessas empresas, todavia eles foram pouco representativos.

Enquanto que para os 4º e 5º governos provisórios, o cooperativismo das pequenas e médias empresas dos setores industrial e de comércio tinham pouca relevância para o seu programa de “transição para o socialismo”, o mesmo não se poderá afirmar relativamente ao papel estratégico das UCP’s (Unidades Coletivas de Produção) na Reforma Agrária, que teve a sua expressão máxima na província do Alentejo. Claro que na ideologia do PCP essas UCP’s eram consideradas como se fossem cooperativas agrícolas. Porém, na prática, não eram mais do que um mero estratagema de organização da estatização da economia no setor agrícola. No cômputo geral, durante este período muitas UCP’s e algumas cooperativas agrícolas que não se enquadravam na estratégia do PCP foram criadas, tendo sido legalizadas 540 no ano de 1975 e princípios de 1976.

Após o 25 de novembro de 1975, com a institucionalização e normalização do regime democrático em Portugal, os mecanismos de regulação do mercado e do controle do Estado passam a funcionar segundo a lógica dos modelos democráticos da Europa ocidental e dos EUA. O cooperativismo ligado a atividades de produção, de consumo, cultura e habitação, que já tinha tido alguma expressão em 1975, atinge o seu auge em 1978, perfazendo na época, em Portugal, cerca de 3000 cooperativas. Embora o seu número não tenha crescido, atualmente existem cerca de 3000 cooperativas em Portugal.<sup>16</sup>

Na atualidade, ao referirmos o papel do cooperativismo no desenvolvimento da Economia Social em Portugal, descurando outros tipos de organizações que também podem ser incluídos no conceito de

Economia Social, devemos ter em conta certos aspectos que nos ajudam a compreender as suas hipóteses de expansão no futuro.

Cientes das contingências que a revolução tecnológica e a globalização têm nas atividades económicas e na organização do trabalho, devemos ter presente a substantividade das mudanças em curso com repercussões no cooperativismo em Portugal e no resto do mundo.

A informática, a robótica, a telemática, a micro-eletrônica, assim como a biotecnologia e os novos materiais, pelas incidências instrumentais que assumem no quadro da racionalidade económica do capitalismo, potenciaram enormemente a produtividade do trabalho. A codificação e a descodificação das linguagens do “saber-fazer” do operariado da segunda revolução industrial, que se articulavam com o taylorismo e fordismo, estão esvaziadas de sentido para as atuais funções e qualificações que são exigidas ao fator de produção trabalho. A energia, o conhecimento e a informação que este antes protagonizava no processo de produção de mercadorias têm sido progressivamente deslocados para os mecanismos automáticos das máquinas-ferramentas de comando numérico assistidas por computadores. Embora saibamos que subsistem grandes diferenças no desenvolvimento deste processo entre os países capitalistas desenvolvidos e os de frágil desenvolvimento, a dualização das condições do trabalho assalariado generaliza-se à escala mundial. A tendência aponta para uma enorme massa de trabalhadores assalariados que não terão chances de arranjar emprego e para uma outra parte muito menor que terá acesso a um emprego. Por outro lado, haverá uma parte de trabalhadores assalariados que possuirá grande qualificação e auferirá salários altos, enquanto, numa situação oposta, haverá uma enorme massa de trabalhadores assalariados que

será desqualificada e terá salários baixos. Finalmente, assistir-se-á a uma terceira dualização com base na precariedade dos vínculos contratuais para a grande maioria dos trabalhadores assalariados, com trabalho em tempo parcial, com a introdução da flexibilidade e a polivalência nos locais de trabalho, enquanto que outros mais privilegiados, por estarem inseridos na estrutura hierárquica da autoridade formal das empresas e por possuírem maior qualificação, terão alguma estabilidade dos seus vínculos contratuais.

Para sobreviver neste contexto, a trajetória, as expectativas e a motivação individual e coletiva da massa dos trabalhadores assalariados centra-se na competição e na concorrência. Todos os esquematismos comportamentais que apelam para uma maior participação e decisão no quadro da organização do trabalho estão determinados pela lógica da racionalidade instrumental do capitalismo. Por tudo isso, a eficiência e a eficácia da produtividade do trabalho instituídas recentemente como paliativos das novas formas de organização do trabalho são um mero instrumento dessa racionalidade e não um fim para dignificar e promover socialmente o trabalho assalariado. Portanto, a força estruturante da competição e da concorrência induzida pelas novas tecnologias e a organização do trabalho não estimulam uma ação individual e coletiva que se identifica com os princípios e as práticas do cooperativismo: identidade coletiva, auto-organização, cooperação e solidariedade entre trabalhadores que integram uma dada organização.

A descaracterização dos princípios e das práticas que atravessa a realidade do cooperativismo em Portugal é explicável, em grande medida, pelas contingências negativas da ação do Estado e do mercado. A novas tecnologias e a globalização são fatores que ajudam a agravar ainda mais essa situação. No entanto, há várias

décadas que o cooperativismo em Portugal tem servido de meio para as grandes cooperativas usufruírem de benefícios fiscais e de crédito bonificado por parte do Estado. O fato de neste tipo de cooperativas não existirem patrões nem haver a distribuição de lucros, não impede que as perversões do trabalho assalariado, da estrutura hierárquica, da autoridade formal e da divisão do trabalho nas atuais cooperativas sejam as mesmas que subsistem numa empresa capitalista qualquer. As diferenças salariais entre quadros técnicos, administração, gestores e trabalhadores assalariados indiferenciados e sem qualificações é notória. O processo de decisão e de liderança continua a ser determinado pelo topo da pirâmide hierárquica, enquanto aqueles que trabalham no processo direto de produção e distribuição de mercadorias se limitam a receber ordens e executar tarefas mecanicamente, sem qualquer poder de decisão e de participação. As Assembléias Gerais, na grande maioria das cooperativas portuguesas, são episódicas e são um mero simulacro para legitimar o seu funcionamento normativo e as decisões anteriormente programadas pelos dirigentes das cooperativas.

Esta constatação é visível nas 100 maiores cooperativas portuguesas. Estas, no total empregam 11.842 trabalhadores assalariados. Cinquenta e oito cooperativas estão integradas no setor agrícola (com especial incidência na distribuição de leite); 23 dedicam-se às atividades de comercialização de mercadorias (a grande maioria está relacionada com o comércio atacadista de produtos alimentares, bebidas, tabacos e produtos farmacêuticos); 7 integram a área do ensino (fundamentalmente universidades privadas); 5 estão no setor do consumo (comércio varejista em supermercados e hipermercados); 4 na área da habitação (promoção imobiliária); e finalmente 1 cooperativa na área da cultura,

1 na área da produção operária e outra na área dos serviços.<sup>17</sup>

Nestas condições, ainda que o cooperativismo em Portugal possa progredir no sentido do seu crescimento — devido à crise provocada pela globalização em relação às incapacidades manifestas de regulação do mercado e à crise do Estado-Nação — terá imensa dificuldade em projetar-se no contexto do desenvolvimento da Economia Social em Portugal.

## 5. Conclusão

Como ocorreu noutros países, o nascimento e o desenvolvimento do cooperativismo em Portugal foi o resultado genuíno do movimento associativo operário que, desde meados do século XIX, procurou resistir contra as vicissitudes negativas criadas pelo trabalho assalariado e a organização do trabalho capitalista.

Perante um contexto histórico adverso personificado por um capitalismo pouco desenvolvido e um Estado pouco interventivo nos domínios legislativo, executivo e jurídico, para contrariar a situação de desemprego, miséria e pobreza em que a classe trabalhadora estava mergulhada, o movimento associativo operário português criou associações de socorro mútuo, caixas económicas, montepios, caixas de crédito, escolas, cooperativas de produção e de consumo, como forma de poder sobreviver e criar condições históricas para a sua emancipação social.

Entretanto, a partir do final do século XIX e princípio do século XX, a influência das idéias socialistas, do sindicalismo revolucionário e do anarquismo orienta a ação individual e coletiva do operariado português no sentido da extinção do Estado e do capitalismo. A preocupação fundamental e os objetivos desse movimento social operário durante a primeira república, que per-

durou entre 1910 e 1926, circunscreveram-se ao desenvolvimento de um processo reivindicativo e revolucionário, que culminou em tentativas de insurreição social e em vários surtos grevistas. A ênfase da ação do operariado português neste tipo de ação coletiva e o impacto da revolução russa de 1917 vieram em parte desmobilizar a sua luta e reivindicações, no sentido da criação e desenvolvimento do associativismo mutualista e do cooperativismo.

Com a instauração da ditadura de tipo “fascista” em Portugal, em 28 de maio de 1926 até 25 de abril de 1974, as condicionantes inerentes à criação e desenvolvimento do cooperativismo aumentam significativamente. O Estado corporativo — com a Constituição de 1933, a criação da PIDE (Polícia de Intervenção e Defesa do Estado), a Lei do Condicionamento Industrial, etc — extingue todas as hipóteses de liberdade de associação política e sindical, e de associação relacionadas com qualquer tipo de atividade econômica. O fato da política ruralista de Salazar permitir a criação de cooperativas no setor agrícola, não obsta a que essa iniciativa fosse enquadrada nos ditames do Estado corporativo e na identidade entre o capital e o trabalho. A dependência das cooperativas agrícolas em relação ao crédito concedido pelo Estado e à Federação do Grêmio da Lavoura é bastante elucidativa.

Durante o período da ditadura de tipo “fascista” foi difícil desenvolver o cooperativismo. No entanto, e apesar da inexistência de liberdade de associação política e sindical, no final da década de 60, emergiu um movimento composto por estudantes, intelectuais e profissões liberais que se consubstanciou na criação de algumas cooperativas nos domínios social, cívico e cultural. O que se tornava difícil realizar pela via da militância política e sindical contra a ditadura, foi desse modo

possível através do cooperativismo nos últimos anos da vigência do governo de Marcelo Caetano.

Pelas características da revolução realizada pelo golpe militar em 25 de Abril de 1974, poder-se-ia pensar que estavam criadas as condições históricas para uma grande expansão das práticas e dos princípios do cooperativismo em Portugal. Não foi isso que se passou. Várias razões podem ajudar-nos a compreender essa evolução.

Em primeiro lugar, numa primeira fase da revolução, não houve efetivamente espaços de intervenção que permitissem uma orientação do movimento social espontâneo no sentido da criação e desenvolvimento do cooperativismo na sociedade portuguesa. De fato, antes de mais, para esse movimento social espontâneo, tratou-se de derrubar todos os vestígios econômicos, sociais, políticos e culturais que simbolizaram o fascismo em Portugal durante 48 anos. Por outro lado, a militância política e sindical invadiu a sociedade civil, os locais de trabalho e o aparelho de Estado. A ideologia comunista e socialista de vários matizes depressa se apoderou do imaginário coletivo das massas trabalhadoras em Portugal, ao ponto das iniciativas com incidência nos princípios e práticas do cooperativismo serem relegadas para posições secundárias.

Em segundo lugar, no período de 11 de março a 25 de novembro de 1975, ao se iniciar o processo de “transição para o socialismo”, não obstante ter havido um acréscimo significativo de criação de cooperativas no setor agrícola, as UCP's (Unidades Coletivas de Produção) estavam submetidas à lógica de estatização da economia que o programa dos 4º e 5º governos provisórios tinham desenvolvido.

Em terceiro lugar, na estratégia do PCP, conducente ao processo de “transição para o socialismo”, o interesse prioritário resumia-se à nacionalização dos setores



vitais da economia. Nesta assunção, as milhares de pequenas e médias empresas que entraram em falência ou foram abandonadas pelos seus patrões, obrigaram a que os trabalhadores que nelas trabalhavam entrassem em autogestão. O poder político instituído, na altura limitou-se a tolerar essa situação conjuntural, mas pouco ou nada fez para institucionalizar essa realidade no sentido da expansão do cooperativismo em Portugal.

Com o golpe militar de 25 de novembro de 1975, Portugal evolui para uma estabilidade normativa, adotando, para tal efeito, os mecanismos estruturais e institucionais do modelo de sociedade capitalista democrática. A entrada para a CEE em 1986 veio solidificar essa opção.

Na atualidade, os dilemas do cooperativismo com expressão no desenvolvimento da Economia Social em Portugal são, em certo sentido, muito semelhantes àqueles que existem na Europa ocidental e noutros países capitalistas desenvolvidos. Por um lado, a sua criação e desenvolvimento decorre muito da crise da economia de mercado e do Estado-Nação. Perante o desemprego e a exclusão social provocados pela globalização e pelas novas tecnologias, para todos aqueles que podem subsistir exclusivamente como trabalhadores assalariados não lhes resta outra solução a não ser encontrar uma alternativa de emprego e de rendimento para poderem sobreviver. Enveredar pela criação de cooperativas é uma solução possível, desde que os princípios e práticas da auto-organização, da solidariedade e da emancipação social estejam presentes.

Embora existam cerca de 3.000 cooperativas em Portugal, se persistir a tendência que gerou a sua descaracterização em termos de princípios e práticas, para qualquer trabalhador assalariado é indiferente trabalhar numa cooperativa ou numa empresa capitalista. Para os seus dirigentes, as causas dessa descarac-

terização são devidas às regras de concorrência e de competição impostas pelo mercado. Para serem produtivas e eficientes têm que utilizar o mesmo tipo de trabalho assalariado, a mesma estrutura hierárquica de autoridade e a mesma divisão do trabalho. Desta forma, não se pode afirmar que o cooperativismo é uma alternativa ao capitalismo e ao Estado, e assim dificilmente poderá potenciar uma Economia Social pautada pela solidariedade, pela liberdade e pela cooperação conducentes à emancipação social dos trabalhadores assalariados.

## Notas

<sup>1</sup> Manuel Joaquim de Sousa. *O sindicalismo em Portugal*. Porto, Afrontamento, 1974; e Campos Lima. *O movimento operário em Portugal*. Porto, Afrontamento, 1972.

<sup>2</sup> Costa Goodolphim. *A associação – história e desenvolvimento das associações portuguesas*. Lisboa, Seara Nova, 1974.

<sup>3</sup> Fernando Ferreira da Costa. *Doutrinadores cooperativistas portugueses*. Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

<sup>4</sup> César Oliveira. *O socialismo em Portugal (1850-1900)*. Afrontamento, Porto, 1973.

<sup>5</sup> Costa Goodolphim, op. cit. .

<sup>6</sup> Alexandre Vieira. *Para a história do sindicalismo em Portugal*. Lisboa, Seara Nova, 1970.

<sup>7</sup> J. M. Gonçalves Viana. *A evolução anarquista em Portugal*. Lisboa, Seara Nova, 1975.

<sup>8</sup> Joel Serrão. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*, 2ª edição. Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

<sup>9</sup> Costa Júnior. *Movimento operário português*. Lisboa, Editorial Verbo, 1964.

<sup>10</sup> César Oliveira. *A criação da União Operária Nacional*. Porto, Afrontamento, 1973.

<sup>11</sup> Acácio Tomás de Aquino, et al. *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes*. Lisboa, Regra do Jogo, 1978.

<sup>12</sup> Fernando Ferreira da Costa. *As cooperativas na legislação portuguesa*. Lisboa, Livraria Petrony, 1976.

<sup>13</sup> Carlos Pestana Barros. “Cooperativismo e Economia Social em Portugal – caracterização e análise” in Carlos Pestana Barros e J. C. Gomes Santos. *Cooperativismo, emprego e economia social*. Lisboa, Vulgata, 1999.

<sup>14</sup> António Sérgio. *Sobre o sistema cooperativista*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1984.

<sup>15</sup> J. M. Carvalho Ferreira. *Portugal no contexto da transição para o socialismo – história de um equívoco*. Blumenau, FURB, 1977.

<sup>16</sup> Manuel Canaveira Campos. “As razões de um congresso” in *Cooperativas & Desenvolvimento*, n°1, Ano II. Lisboa, 1999.

<sup>17</sup> INSCOOP. *As 100 maiores empresas cooperativas*. Lisboa, INSCOOP, 1998.

## RESUMO

*Com a crise do emprego e do Estado-providência, com o aumento da precariedade dos laços contratuais e da exclusão social, denota-se a emergência de um Terceiro Setor ou, mais concretamente, de tipos embrionários de Economia Social que possuem a tendência de suprir as insuficiências da intervenção do Estado e do mercado. A partir desses elementos, analisa-se o papel do atual cooperativismo em Portugal e sua influência sobre a estruturação e o desenvolvimento da Economia Social.*

## RESUMO

*With the employment and welfare state crisis, along with the increase of flexibility of work contracts and social exclusion, it is seen the rise of a third sector or, more concretely, of new types of Social Economy, which tends to supply the insufficiencies of state and market interventionism. Based on these elements, the article analyzes the role of today's cooperativism in Portugal and its influence on the structure and development of the Social Economy.*